



SECRETÁRIO ARNALDO BERNARDINO, NA SAÍDA DO TCDF: "LEVAREMOS SEMANAS ATÉ SABER QUANTOS SÃO OS PROCESSOS DE COMPRAS ILEGAIS"

Secretário pede socorro ao Tribunal de Contas do DF

César Henrique Arrais

Da equipe do **Correio**

Há pouco mais de duas semanas no cargo, o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, foi ontem ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) tentar encontrar uma solução para uma herança explosiva deixada por seus antecessores. Ele esteve reunido por cerca de uma hora com a presidente do TCDF, Marli Vinhadeli, ouvindo conselhos sobre como regularizar dívidas ilegais contraídas pela secretaria desde novembro de 2001, quando o titular da pasta era o deputado Jofran Frejat (PPB).

São débitos contraídos, como define o próprio secretário, em "caráter desesperador". As compras ocorrem em situações de extrema emergência, quando a secretaria primeiro pede o fornecimento do material e só após a entrega faz o empenho — previsão de gastos — para o pagamento. "É um processo de compra que não respeita a seqüência que a lei exige", reconheceu o secretário, depois da reunião.

As compras irregulares foram feitas por todos os setores da secretaria, relatou o próprio Ber-

nardino, que não soube quantificar o montante. "Levaremos semanas até saber quantos são os processos de compras ilegais", afirmou. O secretário, entretanto, estima que o somatório das dívidas chegue a R\$ 100 milhões. "Temos condições de pagar", ressalta.

O grande temor de Bernardino é que ele acabe sendo responsabilizado pelas compras ilegais, já que está em suas mãos a autorização ou não do pagamento dos débitos contraídos por outros secretários. "Essa visita tem um caráter

preventivo, porque, muitas vezes, não sei o que estou assinando. Preciso me proteger. Tenho um bom nome a zelar", justifica.

A situação é ainda pior porque a secretaria precisa fazer várias compras emergenciais — essas legais —, como de próteses e marcapassos, com fornecedores que possuem dívidas ilegais com o governo e só admitem realizar a venda com o débito quitado.

Nesses casos, a presidente do TCDF, segundo Bernardino, sugeriu que o secretário prepare relatórios detalhando minuciosamente os motivos que o levaram a efetuar o pagamento ilegal para continuar os processos de compra da secretaria.

Além disso, a equipe de Bernardino deverá preparar um documento relatando todo o problema administrativo no qual o sistema de saúde do DF se encontra. O trabalho

deverá estar concluído antes de abril de 2003, quando a secretaria deverá prestar contas ao TCDF. Bernardino convidou a presidente do tribunal a conhecer *in loco* a situação da rede pública. Procurada pelo **Correio**, Marli Vinhadeli não quis se pronunciar sobre o assunto.

O Ministério Públíco do DF já havia se manifestado contra o pagamento das dívidas ilegais, inclusive entrando com ação na Justiça para pedir que fossem proibidas. "Não existe compra desesperadora. Isso só mostra o grau de desordem e a má gestão que tomou conta da Secretaria de Saúde", disse o promotor Jairo Bisol. Ele, entretanto, não condena a iniciativa de Bernardino.

"De fato, deve-se buscar uma solução legal, no sentido estrito da palavra. Mas, não iremos tolerar um arranjo que dê uma aparência de legalidade a um processo promíscuo que envolveu a secretaria e as empresas privadas", explicou.

MINISTÉRIO LIBERA VERBAS

O Ministério da Saúde liberou R\$ 753 mil para a Secretaria de Saúde do DF comprar medicamentos para pacientes de doenças crônicas — fibrose cística, esclerose múltipla, osteoporose, hepatite C, entre outras. A prioridade é para os pacientes que ganharam liminares na Justiça. Até ontem, foram 309. "Com o dinheiro que sobrar, vamos atender o restante da demanda", disse o secretário Arnaldo Bernardino. Ontem, começou o cadastramento de pacientes que precisam de medicamentos de alto custo.

SERVIÇO

322-6788

é o novo número da Secretaria da Saúde para receber denúncias sobre irregularidades na rede pública.